

A Ditadura do Relativismo

A revista The New Criterion dedicou o seu último número às várias formas que assume o relativismo ou, como refere Roger Kimball, oferece uma ‘anatomia do relativismo e dos seus primos conceptuais’.

Alerta para a sua paradoxal e perigosa proximidade com as ideologias totalitárias, sobretudo por favorecer a preparação de um campo limpo de valores morais, um *vacuum*, em que podem florescer todo o tipo de ideologias não democráticas. Também procura dar respostas ao problema, que passam por uma reafirmação dos valores ocidentais liberais e democráticos, os únicos em que, por permitirem e estimularem o debate de ideias, podem emergir teorias como a do relativismo, mesmo que o relativismo signifique uma perversão dos princípios e virtudes liberais e democráticos.

Na sua introdução, Roger Kimball ataca a ‘ditadura do relativismo’, uma ‘amalgama de atitudes’ entre a ‘tolerância *blasé*’ e a ‘indiferença moral’. O pressuposto relativista e multiculturalista é o de que as diferenças entre as pessoas são simplesmente pontos de vista e que discriminar entre esses pontos de vista, favorecendo um ou outro, é ser intolerante, elitista e etnocentrista. Para Kimball não deixa de ser irónico que nunca houve na história uma sociedade mais aberta a outras, nem uma tradição tão comprometida com a autocritica como a ocidental, que remonta a Sócrates.

E o catecismo relativista é parcial. James Ceaser, num ensaio seguinte, refere que aqueles que são tolerantes para com todas as culturas, por muito brutais e intolerantes que sejam, deixam de ser tolerantes quando se trata de encarar posições não relativistas. Esta atitude colide com o pressuposto relativista da igualdade de valores, uma vez que todos os pontos de vista são tolerados, excepto aqueles que expressamente rejeitam o relativismo cultural: ‘uma cultura é mais igual do que as outras’ – a do relativismo cultural.

No plano dos valores morais, para o relativismo não há valores morais absolutos e quando se trata de conhecimento, não há verdades absolutas. Mas, como Kimball assinala, o termo ‘absoluto’ é uma espécie de ‘sedativo verbal’, e na verdade o relativista acredita simplesmente que não há valores

e que não há verdade. Relativismo é o vale tudo. Nesse enorme vácuo por preencher, o relativismo e a tirania, longe de estarem em campos opostos, aparecem como ‘colaboradores regulares’. O que parece surpreendente, porque o relativismo, ao combater o dogma, deveria ser o amigo da liberdade. Kimball refere o uso que o fascismo fez do relativismo enquanto agente ‘amolecedor’ da moral ou os riscos da combinação da ciência com o relativismo, de que emerge a concepção da inutilidade de certas formas de vida humana ou de como devemos eliminar certas classes de gente inútil.

A questão é: porque é que o relativismo, que promete a libertação de restrições morais opressoras, acaba, tantas vezes, a abraçar ideologias imorais? Para Kimball, parte da resposta reside na perversão relativista dos conceitos como pluralismo, diversidade ou tolerância. Referem-se todos a virtudes liberais clássicas, mas só são benéficos se estiverem ligados a uma constelação de valores fixos. Sem essa hierarquia, rapidamente degeneram. E conclui que se a vida não se fundar na razão e na moral tornar-se-á insuportável.

A NECESSIDADE DE LIMITES MORAIS

Para Anthony Daniels os homens não podem evitar julgamentos morais como não podem evitar comer: está na sua natureza. O que as sociedades acreditam que é bom e belo pode variar, mas fazer julgamentos é inevitável. Mesmo o desejo de não fazer nenhum julgamento é baseado no julgamento de que é errado fazer julgamentos. Para viver em sociedade, os homens têm que impor limites ou barreiras ao seu comportamento e terão a tarefa facilitada se esses limites ou fronteiras assentarem nalgum tipo de princípio moral. O que é novo no relativismo não é que conteste o estabelecimento de limites: como refere Daniels, ‘é sempre possível argumentar que um dado limite contribui mais para a miséria do que para a felicidade dos homens’. O que é novo é que contesta a necessidade de limites em si mesma. Se tudo é permitido e as barreiras abolidas, ‘uma violação não é pior que uma bofetada’.

Na procura de explicações para o triunfo do relativismo, Daniels refere o argumento de que se a liberdade é essencial para a felicidade do indivíduo e as barreiras limitam a liberdade, logo as barreiras são um impedimento para a felicidade e nenhuma autoridade deve interferir com os modos de vida ou comportamento, que são formas de procurar a felicidade. Mas nessa lógica circular em que tudo é relativo e todas as barreiras devem ser derrubadas, Daniels interroga-se sobre qual é o lugar reservado aos direitos humanos inalienáveis, advertindo que ‘a procura solipsista da felicidade’

O pressuposto relativista e multiculturalista é o de que as diferenças entre as pessoas são simplesmente pontos de vista e que discriminar entre esses pontos de vista, favorecendo um ou outro, é ser intolerante, elitista e etnocentrista.



por pessoas que vivem em sociedade pode resultar, e por vezes resulta mesmo, em conflito.

OS ATAQUES AO ESTADO-NAÇÃO

James Ceaser argumenta que o relativismo é invocado para uma crítica tripla ao Estado-Nação: pelo multiculturalismo, pelo não-fundacionismo e pelo transnacionalismo. O multiculturalismo assenta na premissa de que os seres humanos são seres culturais e que cada conjunto de valores, uma vez que é uma expressão cultural distinta, é igualmente válido. A boa sociedade é aquela em que todas as culturas vivem em harmonia. Segundo Ceaser, o multiculturalismo foi usado para enfraquecer a legitimidade do Estado-Nação americano ao assumir que a sua identidade profunda está nas suas culturas constitutivas e que estas devem ser encorajadas em detrimento do desígnio de criar cidadãos distintamente americanos. Os próprios princípios fundadores da democracia liberal são vistos como opressores, destinados a promover a exploração e o controlo pelo grupo hegemónico e não a liberdade. Ceaser nota que se o 11 de Setembro (e, anteriormente, a limpeza étnica nos Balcãs e o genocídio no Ruanda) mostrou que as culturas não são tolerantes relati-

vamente às outras, nem por isso o multiculturalismo deixou de ser invocado para justificar o que aconteceu: o Ocidente, enquanto opressor do 'outro', tinha feito por merecer o que lhe acontecera.

O segundo ataque ao Estado-Nação vem do não-fundacionismo, que considera que a democracia liberal beneficiará se renunciar a um primeiro princípio ('fundação') assente numa verdade objectiva. O argumento não é só de que fundações deverão ser rejeitadas porque não há verdades absolutas, mas porque geram divisões (nem todos concordam com elas) e são antidemocráticas (não participámos na sua elaboração). Embora defenda um regime democrático, o não-fundacionismo é relativista ao rejeitar que as nações se possam basear em verdades firmes e ao declarar a sua oposição às tradições que mantêm as pessoas unidas. Ceaser alerta para o perigo de as comunidades deixarem de ter um desígnio que justifique a sua existência e para a instauração, no seu lugar, de um 'vazio de verdade', propício ao alastramento do fanatismo.

O ataque final ao Estado-Nação é desferido pelo transnacionalismo, que assenta na convicção de que o Estado-Nação deverá evoluir para uma forma de governação global e que essa evolução é positiva e inevitável. Teremos uma identidade global e uma cidadania global que irão substituir os anteriores laços com a nação e o patriotismo. Segundo Ceaser, conduzirá ao 'relativismo público', em que os indivíduos exercerão a sua autonomia no seio de uma vasta aglomeração global e irão desinteressar-se pela participação cívica nas comunidades nacionais. Conclui que o relativismo no Ocidente está a concentrar energias para minar o Estado-Nação e interroga-se se ele será capaz de resistir a estes ataques no futuro.

RELATIVISMO E RELIGIÃO

No seu artigo "The temptation of relativism", Daniel Johnson aborda a perspectiva do relativismo para a Igreja Católica. A tarefa está facilitada pelo facto de ter sido o Cardeal Ratzinger, agora Papa Bento XVI, a proferir a expressão "ditadura do relativismo", imediatamente antes do conclave que o elegeu. A eleição do Papa aparece, assim, inexoravelmente ligada à sua cruzada contra o relativismo.

Já antes deste acontecimento, Ratzinger considerara o relativismo como a heresia mais insidiosa da actualidade, "por basear a tolerância e o conhecimento no diálogo e na liberdade, conceitos que ficariam limitados se fosse afirmada a existência de uma verdade válida para todos".

Em 1992, Ratzinger colocou em oposição duas teorias políticas: a que entende a lei e a democracia apenas formalmente, sem qualquer conteúdo de valor, e a que entende que a verdade não é um produto das maiorias, ou mesmo da política: "Não é a prática que cria a verdade mas é a verdade que torna possíveis as boas práticas. A política apenas promove a justiça e a liberdade quando serve um quadro de valores e direitos aos quais chegamos racionalmente".

A base de argumentação do actual Papa não é somente (nem sobretudo) a fé, mas a razão. Ou seja, Bento XVI entende que há um conjunto universal de valores aos quais se pode chegar racionalmente, sem o concurso da fé. Para ele, estes valores (herdados da tradição judaico-cristã) não só não representam

uma ameaça para a civilização ocidental como são essenciais para a sua sobrevivência. Na sua ausência, a Europa perde a sua defesa contra as ideologias totalitárias de todo o tipo, ateias, islamistas, socialistas ou nacionalistas.

Ceder ao relativismo é, segundo o actual Papa, ceder ao totalitarismo. Nas palavras interpretativas de Daniel Johnson reportando-se ao século XX, “todo o liberalismo que não esteja ancorado na lei natural está prestes a transformar-se em não liberal”.

Recordando a Alemanha nazi, Ratzinger refere como “o Führer se erigiu como a única fonte da lei e, em consequência, o poder absoluto substituiu a lei. Denegrir a lei nunca serve a causa da liberdade, mas é sempre um instrumento da ditadura”.

Curiosamente, o Papa sublinha que o Estado nunca deve querer criar um paraíso na Terra, porque isso conduziria inevitavelmente à deificação do Estado. Apenas a divisão entre a Igreja e o Estado podem tornar possível a verdadeira liberdade. Por isso, o Estado deve ir buscar os seus valores para além do mundo da política. São bíblicos todos os exemplos invocados por Daniel Johnson ao longo do artigo.

Ao entregar Jesus à morte, Pilatos pergunta “o que é a verdade?” e, como bom democrata, cede à multidão e lava as suas mãos. Também para Hans Kelsen, a morte de um inocente é irrelevante: a maioria dos votantes encarna a única verdade que interessa em política.

Na parábola do filho pródigo, o que vemos é um jovem que não é só relativista como libertário. Nas palavras do Papa, “ele busca a liberdade radical. Quer viver somente para si próprio, livre de todas as ataduras”. Mas a história acaba no inverso: “O homem totalmente livre torna-se num escravo miserável”.

Por fim, no sermão da montanha, consuma-se a figura do Redentor como a refutação viva do relativismo. Ao afirmar “não vim abolir a lei mas dar-lhe pleno cumprimento”, Cristo rejeita qualquer possibilidade de relativização dos preceitos divinos.

Ainda assim, não é pela fé, mas pela razão, que o Papa Bento XVI afirma podermos chegar à verdade, preconizando uma separação clara entre Igreja e Estado.

Esta é a grande diferença da abordagem islâmica, tratada no artigo de Andrew McCarthy, sob o título “Relativismo: paving the road to radicalism”.

RELATIVISMO E RADICALISMO

No islamismo, lei e fé são uma só coisa e pela *jihad*, “deve fazer-se oposição aos infiéis por todos os meios possíveis, incluindo a força e a violência”. Os registos de um julgamento levado a cabo contra terroristas islâmicos em 1993 são claros: “*jihad* significa lutar com a espada, com o canhão, com as granadas, com os mísseis”.

No mundo islâmico, o Islão é a religião oficial e a *shariah* é uma parte da lei fundamental, incluindo nas democracias “promovidas” pelos EUA, como o Iraque ou o Afeganistão.

Nesse julgamento de 1993, o Juiz Michael B. Mukasey, não permitiu a audição das testemunhas que tinham por base a *shariah*, uma vez que as suas práticas violavam a lei, estabelecendo-se assim uma excepção à 1ª emenda constitucional da liberdade de consciência.

Segundo McCarthy, 15 anos depois desse julgamento, e apesar das atrocidades perpetradas em nome de Allah, o EUA atravessaram um perigoso caminho em direcção ao relativismo. E nesse percurso, ouviu-se o Presidente Bush chamar ao Islão “religião de paz” e Condoleezza Rice chamar-lhe “religião de amor e de paz”.

De acordo com o autor, em nome das boas relações com o mundo islâmico, os EUA confundem muçulmanos com Islão: dos 1,4 mil milhões de muçulmanos em todo o mundo, a maioria deles não cometeria um acto terrorista, mas a sua rejeição pelos métodos terroristas não significa rejeição em relação aos objectivos da Jihad.

Em toda a actuação do governo norte-americano McCarthy descortina o perigoso triunfo da esperança sobre a experiência.

Enquanto isso, no Afeganistão um homem foi submetido à pena de morte pelo crime de “apostasia”. No Iraque, o Grande Ayatollah Ali Sistani (classificado como “moderado” pelos norte-americanos) não se reúne com não muçulmanos e afirma que os infiéis “devem ser considerados na mesma categoria da urina, fezes, sêmen, cadáveres, sangue, cães, porcos, bebidas alcoólicas e o suor dos animais”.

E nos EUA os exemplos multiplicam-se: no Minnesota um taxista muçulmano recusou-se a conduzir passageiros por achar que transportavam álcool, proibido pela *shariah*. Rapidamente surgiram recusas de transporte de homossexuais e de mulheres com trajes indecorosos.

O conceito de secularidade é alheio ao Islão, que aspira ser não só um credo religioso mas um sistema cultural, legal e político directamente ditado por Allah a Maomé. Muitos comandos da *shariah* rejeitam, por exemplo, a liberdade de consciência, a liberdade económica, a igualdade entre muçulmanos e não-muçulmanos e a igualdade entre homens e mulheres.

De acordo com o autor, o caminho percorrido pelos EUA, traduzindo um crescente relativismo de valores, transforma o país num alvo fácil para a penetração do radicalismo, que é já verificável actualmente.

VERDADE E IGUALDADE

Christie Davies inicia o seu artigo “Truth vs. equality” com a descrição das atitudes habituais dos relativistas: manifestam um habitual desprezo pela ciência, para eles não existe verdade nem têm que justificar as suas escolhas, rejeitam as normas morais tradicionais e negam que as conquistas da cultura ocidental sejam uma marca da sua superioridade em relação às outras culturas.

O relativismo, curiosamente, apresenta-se como uma ideologia absolutista e os relativistas são frequentemente autoritários: tudo é relativo e isso é absoluto.

Na opinião do autor, o crescimento pujante do relativismo fica a dever-se ao igualitarismo, por ser essa a base do seu argumentário. E vai mais longe: o século XXI ficará marcado pela luta cultural entre os apologistas da verdade e os apologistas da igualdade.

Para Davies, os igualitaristas marxistas não precisavam do relativismo porque possuíam a chave científica para toda a verdade. Com o colapso do marxismo, o zelo igualitário foi transferido para as causas das minorias étnicas, raciais e se-



xuais, feminismo, direitos dos animais e terceiro mundismo.

A maior inimizada do relativista é para com os que aplicam ideias científicas aos assuntos humanos, na medida em que interferem com os dogmas da igualdade. Por exemplo, as diferenças médias de inteligência em membros de distintos grupos étnicos ou raciais. Aí, os relativistas tentam atacar a reputação do investigador, ou negar, pura e simplesmente, os resultados. A verdade não chega a esses domínios.

O que se tem verificado em não poucos casos e em ambientes culturalmente avançados como universidades, é que a verdade cede perante a pressão social, classificada pelo autor como “a pior forma de relativismo”.

A crença no “determinismo cultural” contribui igualmente para o relativismo: não se podem fazer juízos morais em relação a indivíduos que cometeram atrocidades porque as suas acções são um produto da sua cultura.

A moralidade transforma-se numa série de valores em competição, em que a nenhum deles pode ser dada precedência. Negar a validade dos padrões morais é tornar igual um mau comportamento e um comportamento virtuoso; é igualar o homem esforçado e o homem que “atirou fora a sua consciência”.

A tendência do relativista, revertendo a lógica marxista, será fazer reportar as diferenças culturais às condições económicas.

Os igualitários criaram um mundo onde não existe um critério independente para a verdade, a moralidade ou a avaliação. É posta de parte a questão da verdade de acordo com um critério objectivo e é introduzida a questão “a quem serve esta verdade?” O conteúdo moral depende agora da identidade so-

cial da pessoa, e o conceito de justiça imparcial desaparece.

Segundo o autor, a objectividade, as virtudes e a cultura do Ocidente são atacadas por serem ocidentais, e os relativistas ocidentais respeitam todas as culturas e tradições a não ser a sua própria.

Curiosamente, o relativismo é a perversão de uma tradição ocidental de igualdade de direitos, de justiça e de consideração. Por isso, para Davis, o relativismo só existe no Ocidente. Os não-ocidentais apenas usam essa arma para a utilizar contra o Ocidente e nunca a usariam para minar a sua própria cultura, tantas vezes opressiva. ●

A questão é: porque é que o relativismo, que promete a libertação de restrições morais opressoras, acaba, tantas vezes, a abraçar ideologias imorais? Para Kimball, parte da resposta reside na perversão relativista de conceitos como pluralismo, diversidade ou tolerância. Referem-se todos a virtudes liberais clássicas, mas só são benéficos se estiverem ligados a uma constelação de valores fixos. Sem essa hierarquia, rapidamente degeneram.